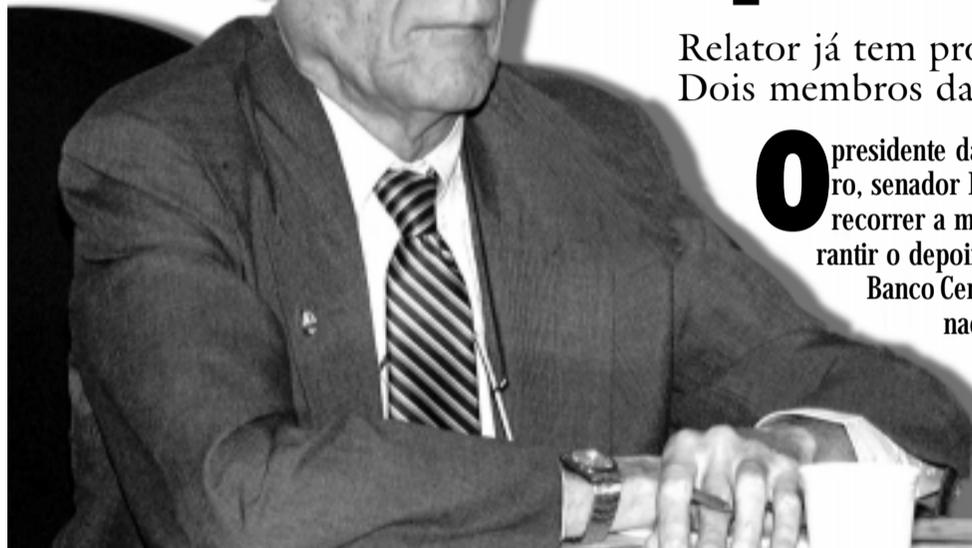


Bello Parga afirma que recorrerá a medidas coercitivas caso Francisco Lopes se recuse a comparecer ao depoimento marcado para segunda-feira



CPI admite chamar Lopes sob coerção

Relator já tem pronto o roteiro para inquirir ex-presidente do BC. Dois membros da comissão condenam idéia de convocar Malan

O presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador Bello Parga, admitiu ontem recorrer a medidas coercitivas para garantir o depoimento do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes. O senador informou que pode usar esse recurso se Lopes se recusar a depor na segunda-feira, a partir das 16h30, como está marca-

do. Parga informou que os documentos apreendidos no apartamento de Lopes e nas residências dos controladores dos bancos Marka e FonteCindam deverão ser analisados a partir de hoje. O relator da CPI, senador João Alberto Souza, já tem roteiro pronto para o questionamento do ex-presidente do BC. Membros da CPI, os senadores José Roberto Arruda e Eduardo Siqueira Campos manifestaram-se contra a convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

PÁGINAS 3 E 4

Investigação no Judiciário tem apoio de 88,8%

Pesquisa na Grande São Paulo, realizada pelo instituto Brasmarket, informa que 88,8% dos entrevistados são favoráveis à CPI que investiga denúncias de irregularidades no Poder Judiciário. Foram ouvidas 402 pessoas. Outra sondagem de opinião, com 252 advogados, também realizada pelo Brasmarket, indica que 84,1% manifestaram-se favoráveis à apuração das denúncias. Na opinião de 74,4% das pessoas ouvidas, é melhor que as denúncias contra o Judiciário sejam investigadas pelo Senado e seus resultados, divulgados, do que apuradas pelo próprio Judiciário, sem divulgação. Entre os advogados, 56% tiveram a mesma opinião. Hoje, em São Paulo, senadores que compõem a CPI reúnem-se com procuradores que investigam irregularidades na construção de prédio das juntas de conciliação e julgamento do TRT-SP. Na próxima semana, a CPI ouvirá testemunhas e acusados.

PÁGINA 5



Trabalho da CPI do Judiciário, que teve aprovação da população, prossegue com a audiência de acusados e testemunhas na próxima semana. Hoje, em São Paulo, os senadores conhecerão detalhes de obra do TRT-SP

Restituição de IR poderá ter prazo de 60 dias

PÁGINA 2

Seis projetos foram aprovados na semana

PÁGINA 6

CAE analisa prazo para devolução do IR

Projeto de Pedro Simon é um dos 21 itens na pauta da comissão, na terça-feira. Fixação de limite de gastos do governo federal com salários também volta ao exame dos senadores

Projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) fixando o prazo de até 60 dias para que a Receita Federal restitua o Imposto de Renda devido ao contribuinte está na pauta da reunião que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), realiza na próxima terça-feira, às 10h. A matéria tramita em decisão terminativa.

Outros 21 itens constam na pauta da CAE, incluindo projeto apresentado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA) que permite o abatimento de despesas realizadas com o pagamento de salários e contribuições sociais de até dois empregados domésticos na declaração de Imposto de Renda das pessoas físicas.



A Comissão de Assuntos Econômicos deverá apreciar, também, projeto de Edison Lobão que permite o abatimento do valor pago a empregado doméstico na declaração do Imposto de Renda das pessoas físicas

A proposta foi examinada pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que se posicionou favorável à aprovação, nos termos do substitutivo que apresenta.

A CAE também deverá apreciar

proposta do Executivo solicitando autorização para efetuar empréstimo externo no valor de US\$ 500 milhões destinado a financiar o reaparelhamento da Marinha.

O senador Ney Suassuna (PMDB-

vel apresentado pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP). A matéria já foi apreciada pela CAE na reunião realizada no último dia 13, quando foi concedida vista coletiva aos membros da comissão.

PB) é o relator da matéria, tendo apresentado parecer favorável nos termos do projeto de resolução que elaborou.

A fixação do limite de 50% para gastos do governo federal com o pagamento de salários do funcionalismo volta à pauta da CAE na reunião de terça-feira.

O projeto, originário da Câmara, é de autoria do Executivo, e obtive parecer favorável

Comissão busca novos dados sobre blecaute

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), e a Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), reúnem-se na próxima quarta-feira, às 18 horas, para votar requerimento solicitando que sejam remetidas à CI as fitas com as gravações das conversas entre os técnicos dos principais centros de operação do sistema na hora em que ocorreu o blecaute que deixou várias capitais sem energia elétrica no último dia 11 de março. Outro requerimento convida para depor na CI os operadores que estavam de serviço no momento em que ocorreu o blecaute e solicita os dados gravados que registraram a ocorrência.

Às 18h30 de quarta-feira, haverá uma audiência pública com a participação do presidente da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio Neto, do presidente das Centrais Hidrelétricas do São Francisco (Chesf), Mozart de Siqueira Campos Araújo, e do diretor da Federação Nacional dos Urbanitários, Paulo Rangel de Lima. Eles foram convocados para prestar esclarecimentos sobre o processo de cisão da Chesf e Eletronorte, e informações sobre a política governamental na área de energia, especialmente nas regiões Norte e Nordeste.

A reunião conjunta também vai votar outros três requerimentos. Um deles convoca o presidente da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, e o representante da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), Mauro Martinelli, para falar sobre a cisão e a privatização de Tucuruí e demais sistemas de geração de energia da Eletronorte. Outro requerimento convoca o secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão para que preste informações à CI acerca do relatório sobre os eixos nacionais de integração e desenvolvimento que estão sendo elaborados por aquele ministério.

AGENDA

SEXTA-FEIRA, 23 DE ABRIL DE 1999

PLENÁRIO

▶ 9h - Sessão não deliberativa

CE examina criação de escolas agrotécnicas

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), examina em reunião marcada para a próxima terça-feira, após a Ordem do Dia, dois projetos de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) propondo a criação de escolas agrotécnicas federais nos municípios de Mucajá e Anauá, em Roraima. Essas proposições tramitam em caráter terminativo e, caso sejam aprovadas, não irão ao plenário.

Ao justificar sua iniciativa, Mozarildo Cavalcanti diz que pretende levar aos jovens residentes em municípios de atividades essencialmente agropecuárias da Amazônia, particularmente em Roraima, a oportunidade de acesso a um ensino profissionalizante de boa qualidade que resultará no surgimento de mão-de-obra técnica "induzidora de maior produção e melhor qualidade de vida para os filhos de pequenos agricultores e pecuaristas da região".

Na mesma reunião, a CE discute projeto que institui o Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária, da sena-

dora Marina Silva (PT-AC), assim como proposta oriunda da Câmara dos Deputados que inscreve o nome de dom Pedro I no Livro dos Heróis da Pátria.

Também serão discutidos pela CE projeto da Câmara dos Deputados propondo a divulgação de índices de eva-

ção e repetência nas escolas de ensino fundamental e médio, e a proposta de autoria da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) que torna obrigatória a inclusão do ensino da língua espanhola no 1º e 2º graus. A comissão aprecia ainda 11 projetos sobre concessões de emissoras de rádio.

Mozarildo quer mais profissionais no campo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez ontem um apelo ao governo no sentido de criar mais escolas agrotécnicas, em especial em seu estado, Roraima, onde não há nenhuma.

— O governo tem manifestado a disposição de não ampliar a rede federal de escolas agrotécnicas, sem levar em consideração que essa política agrava as desigualdades regionais, uma vez que tais escolas não existem em várias unidades da Federação — comentou.

Mozarildo lembrou que, quando exercia o mandato de deputado estadual, apresentou projetos autorizando o Poder Executivo a criar uma escola técnica federal e a Universidade Federal de Roraima.

— É motivo de júbilo para mim ver, hoje, essas instituições em pleno funcionamento, suprimindo o estado de mão-de-obra especializada, formada na própria região e contribuindo para seu desenvolvimento.

O senador acrescentou que, para



Mozarildo vê falta de profissionais capazes de repassar técnicas que estimulem produtividade

complementar essas iniciativas, apresentou projetos de lei propondo a criação de escolas agrotécnicas em municípios do interior de Roraima.

Mozarildo disse que um dos principais fatores que têm entravado o pleno desenvolvimento do potencial agrícola do estado é a carência de profissionais capazes de repassar aos agricultores e pecuaristas as técnicas modernas.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI admite obrigar Lopes a comparecer ao depoimento

Recurso a medidas coercitivas é admitido por Bello Parga para garantir comparecimento do ex-presidente do BC. Documentos apreendidos e selecionados por João Alberto e Saturnino Braga começam a ser examinados a partir de hoje

A CPI do Sistema Financeiro poderá recorrer a medidas judiciais caso o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, se recuse a depor na próxima segunda-feira (dia 26). "Poderemos apelar a medidas coercitivas para que ele seja trazido ao recinto da CPI", informou ontem o presidente da comissão, senador Bello Parga (PFL-MA).

Bello Parga informou que os documentos apreendidos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público nas sedes dos bancos Marka e FonteCindam e nas residências de seus controladores e do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, deverão ser analisados a partir de hoje. Assessores do Senado, acompanhados dos senadores João Alberto (PMDB-MA) e Roberto Saturnino (PSB-RJ), realizaram no Rio de Janeiro uma seleção dos documentos de interesse da CPI.

Também devem chegar à comissão

nos próximos dias, conforme informou Bello Parga, as informações solicitadas à Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) sobre a compra e venda de dólares em janeiro último. Os senadores querem conhecer todas as operações com a moeda americana, em valor igual ou superior a US\$ 100 mil, especificando a corretora responsável.

MALAN

Bello Parga disse que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, não deverá ser convocado para prestar depoimento à CPI. "Tudo é possível, mas não vejo nada que justifique a convocação", argumentou. O senador informou que não há decisão quanto à data do depoimento do dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola. Para Bello Parga, é melhor que a CPI ouça antes Leon Sayeg, Omar Jahic e Alberto Antunes, apontados pela revista *Veja* como testemunhas de contatos entre Cacciola e a diretoria do BC.



A CPI dos Bancos aguarda para os próximos dias as informações sobre compra e venda de dólares em janeiro

Relator tem roteiro pronto para questionar depoente

O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto, tem pronto um roteiro para questionar o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, no depoimento previsto para começar às 16h30 de segunda-feira. Lopes deverá esclarecer se houve ou não operação secreta de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, nos dias 13 e 14 de janeiro deste ano, pelo Banco Central, durante a desvalorização do real.

A CPI também quer investigar se houve vazamento de informações que tenham propiciado a diversos bancos lucros exorbitantes nesse período, fato já negado pelo presidente do BC, Armínio Fraga, durante seu depoimento na comissão, no último dia 14. Fraga disse que só houve lucro em real, mas os bancos estrangeiros perderam um terço de seus investimentos e tiveram prejuízo na moeda das moedas.

Na terça-feira (dia 27), no mesmo horário, a CPI ouvirá o depoimento do ex-diretor de Fiscalização do Banco Central, Cláudio Ness Mauch. Os senadores que integram a CPI do Sistema Financeiro ainda vão agendar a data dos próximos depoimentos. No roteiro do relator, estão previstos os depoimentos do presidente do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola, bem como do diretor da Marka Nikko Asset Management, Francisco de Assis Moura de Mello. Em seguida, a comissão deverá convocar para depor os sócios do Banco FonteCindam, Luiz Antônio Gonçalves, Eduardo Modiano, Fernando César Carvalho e Roberto Steinfeld.

Nessa primeira etapa das investigações da CPI, estão previstos também os depoimentos de Luiz Eduardo Fernandez, presidente da Associação dos Clientes Lesados do Marka Nikko Asset Management, e Ney



João Alberto defende um amplo levantamento sobre os controladores da Macrométrica

Castro Alves, vice-presidente do Conselho da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F), além dos diretores da BM&F à época da mudança cambial.

O objetivo do senador João Alberto, de acordo com o roteiro traçado para os trabalhos da CPI, é também o de requisitar da BM&F a relação de todos os contratos firmados no mercado futuro de dólar no período compreendido entre 1º de dezembro de 1998 e 28 de fevereiro de 1999.

O relator esteve no Rio de Janeiro para examinar pessoalmente toda a documentação apreendida pela Polícia Federal no apartamento de Francisco Lopes. Ele defende a realização de amplo levantamento sobre os controladores da empresa Macrométrica, da qual o ex-presidente do Banco Central foi sócio, juntamente com Eduardo Modiano, um dos donos do Banco FonteCindam, para que a CPI possa decidir sobre a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos os envolvidos com a empresa.

Comissão esclarece ida de senadores ao Rio de Janeiro

O senador Bello Parga (PFL-MA), presidente da CPI do Sistema Financeiro, esclareceu a ida dos senadores João Alberto (PMDB-MA), relator da comissão, e Roberto Saturnino (PSB-RJ) ao Rio de Janeiro, juntamente com assessores do Senado encarregados da triagem dos documentos apreendidos pela Polícia Federal e pelo Ministério Público nas residências do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, e do banqueiro Salvatore Cacciola.

— A CPI não se reuniu para discutir esse assunto. Portanto, não houve qualquer deliberação. Entretanto, a designação de assessores para diligências é uma prerrogativa da presidência da comissão — explicou.

Bello Parga contou que o senador João Alberto pediu para acompanhar os trabalhos no Rio, "por considerar importante para a elaboração do seu relatório". Segundo Parga, a ida de Roberto Saturnino foi por conta da vontade pessoal do relator.

— A presidência da CPI deliberou pela ida somente dos assessores e, posteriormente, do relator. Se o senador João Alberto achou por bem pedir, particularmente, a colaboração de outro senador, é uma questão dele, puramente pessoal, sem caráter oficial — frisou.

Bello Parga anuncia medidas para garantir o bloqueio de bens

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no sistema financeiro está tomando providências para garantir o bloqueio dos bens dos controladores e diretores dos bancos Marka e FonteCindam. O presidente da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), informou que a Procuradoria da República apresentou sugestões de procedimentos para aumentar a eficácia da decisão tomada pela CPI.

Documento enviado ao presidente da comissão pelos procuradores Artur Gueiros, Raquel Branquinho, Bruno Caiado e Davi Lincoln, responsáveis pelo inquérito aberto no Rio, sugere a expedição de ofícios aos registros de imóveis do Rio, São Paulo e Distrito Federal, comunicando o bloqueio dos bens e a sua data. Além disso, os procuradores propõem o envio de ofícios aos Detrans desses estados, bem como

à Aeronáutica, ao Departamento de Aviação Civil e à Capitania dos Portos, para garantir a indisponibilidade de "eventuais aeronaves, embarcações ou automóveis".

O Ministério Público também solicita que se oficie ao Banco Central, à Comissão de Valores Mobiliários, à Bolsa de Mercadorias e Futuros e às juntas comerciais, para evitar a transferência ou a movimentação de títulos e valores mobiliários. Bello Parga disse que as correspondências deverão ser remetidas hoje. Ele salientou que o objetivo é dar forma jurídica ao bloqueio de bens, e que transferências feitas antes da expedição dos ofícios poderão ser questionadas na Justiça.

— Todo mundo sabe que já foi decretado o bloqueio dos bens. Qualquer negociação com os envolvidos está sujeita a anulação pela Justiça — advertiu.



Bello Parga adverte: qualquer negociação com os bens dos envolvidos está sujeita a anulação pela Justiça

Arruda e Eduardo dizem que não é hora de convocar Malan

Senadores recomendam que CPI concentre seus esforços na análise detalhada de toda a documentação apreendida no Rio

O vice-presidente da CPI do Senado que investiga o sistema financeiro, José Roberto Arruda (PSDB-DF), e o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), titular da comissão, disseram, durante entrevistas concedidas ontem, que não é hora de chamar para depor o ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Arruda disse que a CPI está realizando uma análise detalhada de toda a documentação apreendida pela Polícia Federal no apartamento do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, enquanto Eduardo Siqueira Campos observou que propor o depoimento de Malan é tentar trazer para a comissão um debate político. Arruda também condenou, mais uma vez, a proposta de chamar para depor na CPI o deputado Aloísio Mercadante (PT-SP), feita por Pedro Simon, durante reunião de trabalho da comissão, no último dia 16. O senador do PSDB disse



Arruda (E) condenou a proposta de convocar Mercadante. Eduardo vê tentativa de levar debate político para a comissão



que se posicionará contra "toda vez que quiserem fazer da CPI um show". Para ajudar nas investigações da CPI, Mercadante – primeiro a denunciar irregularidades no sistema financeiro com a desvalorização do real – deve levar à comissão a documentação que tiver, observou Arruda.

Eduardo Siqueira Campos observou que a proposta de trazer para depor o ministro Pedro Malan "é uma tentativa de dividir a CPI, que até agora tem trabalhado de maneira uniforme". Ele

achou pior para Francisco Lopes o fato de ter adiado seu depoimento, que estava agendado para a última segunda-feira, observando que a expectativa dos senadores é a de que o depoimento seja realizado na próxima segunda-feira, dia 26.

Além de Francisco Lopes e Cláudio Mauch, ex-diretor de Fiscalização do BC, pelo menos 30 depoimentos devem ser tomados pela CPI antes de qualquer decisão sobre a vinda de Pedro Malan, defendeu Siqueira Campos.

Na segunda-feira, depois do depoimento de Francisco Lopes, a CPI deverá analisar a possibilidade de promover a quebra de sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos os controladores e ex-controladores da empresa Macrométrica e de pessoas citadas na imprensa como investidores conhecidos do presidente do Banco Marka, Salvatore Alberto Cacciola.

Ministros devem vir "no momento oportuno", diz Suplicy

Com base em matéria publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) criticou ontem a noticiada intenção do presidente da República de evitar a ida dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, à CPI. Em pronunciamento durante a sessão plenária, o senador disse que as audiências dos ministros serão indispensáveis aos trabalhos da CPI.

Ele antecipou que já debateu essas convocações com integrantes da comissão e revelou que o relator da CPI, João Alberto (PMDB-MA), concorda que o depoimento de Malan será necessário.

No entender de Suplicy, "seria estranho se a CPI já começasse com uma limitação dessa natureza". O senador considera que a CPI, antiga reivindicação da oposição parlamentar, deverá contribuir para dar "maior transparência ao Banco Central e fortalecer o sis-

tema financeiro". Ele defendeu uma investigação profunda dos mecanismos pelos quais as instituições financeiras movimentam capitais especulativos e remetem para o exterior grandes somas.

A presença dos ministros da Fazenda e de Orçamento e Gestão na comissão, enfatizou Suplicy, "será fundamental para esclarecer vários pontos, no momento oportuno". O senador lamentou que a Constituição não permita a convocação do próprio presidente da República e lembrou que, por ocasião das audiências com os ministros, será possível tentar esclarecer os reais motivos da repentina saída de Francisco Lopes da presidência do BC.

A presença do presidente da República no Congresso, ao menos uma vez no ano, será motivo da apresentação de uma proposição legislativa por parte do senador paulista. Ele quer que o chefe do governo faça o pronunciamento sobre a situação da União, na abertura dos trabalhos do Congresso de cada ano, em vez de simplesmente mandar a mensagem pelo chefe da Casa Civil.



Suplicy é a favor da convocação de Malan e de Pedro Parente

Em apartes, a senadora Heloisa Helena (PT-AL) apoiou o discurso de Suplicy, enquanto o senador Edison Lobão (PFL-MA) disse observar "um certo radicalismo na acusação ao governo" e considerou que os parlamentares não se devem guiar por hipóteses ou conjecturas.

Edison Lobão lamenta aumento da violência

O crescimento da violência no mundo foi tema de pronunciamento do senador Edison Lobão (PFL-MA), que, ao destacar a informação instantânea como um dos efeitos da globalização, lamentou: "O que temos recebido instantaneamente não são as informações que dignificam o ser humano, mas, ao contrário, uma visão de violências, in-



Para Lobão, falta "uma melhor estruturação social"

felicidades e desgraças que, ao fim de cada dia, nos deixa preocupados, tristes e deprimidos."

Lobão disse que é falsa a impressão de que somente no continente sul-americano vem ocorrendo o aumento da violência sem punição. Citando dados sobre a criminalidade na Alemanha, apresentados em recente congresso pelo reitor da Escola Superior para For-

mação de Policiais de Villingen Shwenningen, Thomas Feltes, ele revelou que na Alemanha apenas um furto em 50 sofre sanção efetiva. Ele também destacou o aumento da violência doméstica e da violência sexual.

– Os fatos delituosos crescentes vão infelizmente envolvendo todo o mundo, provavelmente na proporção de um aumento populacional ao qual não corresponde uma melhor estruturação social, com ofertas de emprego, educação e saúde – concluiu Lobão.

Tuma presta homenagem ao Exército brasileiro

Ao homenagear o Exército brasileiro pela passagem de seu dia, em 19 de abril, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) lembrou que a saga do Exército nasceu no momento em que o povo uniu-se ao colonizador português "para dar combate e vencer o temido exército colonial holandês, há três séculos e meio, na memorável batalha de Guararapes", nos arredores da capital pernambucana.

Segundo o senador, os movimentos de repulsa à invasão holandesa fizeram surgir o marco histórico da nossa nacionalidade.

Ele enfatizou que em Guararapes, pela primeira vez, o sentimento nativista impeliu brancos, negros e índios a pegar em armas e a organizarem-se militarmente em defesa de uma pátria que começavam a idealizar e sentir em seus corações.

– Depois, ao longo de mais de 300 anos, a atividade do Exército brasileiro mostrou-se decisiva para anular as

tentativas de fragmentação territorial e social do país. Por isso, devemos, indiscutivelmente, ao Exército brasileiro a manutenção da unidade nacional, em cuja defesa agigantou-se principalmente a figura do Duque de Caxias, seu patrono – disse o parlamentar.

O senador Romeu Tuma lembrou que no cenário internacional, a participação vitoriosa do Exército vai da Guerra da Tríplice Aliança, no Cone Sul, na segunda metade do século XIX, até a Segunda Guerra Mundial, quando a divisão brasileira sofreu mais de 400 baixas por morte em ação, mas fez mais de 15 mil prisioneiros de guerra e capturou duas divisões inimigas.



Tuma: Exército foi vital na construção da nacionalidade

Estevão cobra investimento na segurança pública do DF

Com efetivos reduzidos, equipamentos precários e baixos salários, os bombeiros e os policiais civis e militares, responsáveis pela segurança pública do Distrito Federal, carecem de maior atenção e investimentos por parte do governo federal, disse ontem o senador Luiz Estevão (PMDB-DF). Ele salientou que, pela Constituição federal, cabe à União organizar e manter aquelas forças de segurança.

O senador informou que, após vários entendimentos, o Ministério da Fazenda está ultimando cálculos para definir um cronograma de pagamento da Gratificação de Atividades Militares (GAM) devida a policiais militares e bombeiros. O cronograma será discutido em reunião que contará com a presença do senador, na próxima semana.

Luiz Estevão relatou que em junho de 1998 esteve em Nova York com o então candidato ao governo do Distrito Federal, Jo-

quim Roriz, para tomar conhecimento do programa "Segurança sem Tolerância". Lá, acrescentou, pôde verificar que os efetivos policiais de Brasília e Nova York são praticamente equivalentes, mas que os espaços a serem policiados em uma e outra cidade são muito diferentes, o que levou técnicos americanos a garantirem ser "impossível qualidade na segurança pública" com os contingentes brasilienses atuais.

– Numa superquadra de Brasília há cerca de 700 famílias. Em Nova York, na mesma área, moram 7 mil famílias. Lá, o espaço a ser vigiado é dez vezes menor do que no Distrito Federal – comparou.

A superioridade dos equipamentos usados pelos criminosos em relação aos dos policiais exige investimentos federais, sob pena de se verificar maior recrudescimento da violência no DF, acrescentou.



Luiz Estevão: efetivos são reduzidos e os salários, muito baixos

Jefferson Péres fala na TV sobre autonomia do BC

A TV Senado reapresenta hoje entrevista com o senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator de proposta de emenda constitucional sobre o sistema financeiro, na qual o parlamentar defende que o setor seja regulamentado por diversas leis complementares e não por apenas uma, conforme entendeu o Supremo Tribunal Federal. O programa irá ao ar às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

O senador destaca que sua emenda prevê a eliminação do dispositivo que

fixa um teto de 12% ao ano para os juros. "Nenhuma Constituição no mundo estabelece teto para juros. É um assunto muito complicado."

Jefferson fala também sobre a autonomia do Banco Central. Segundo ele, "a instituição não pode ter poder absoluto. O BC tem de ser obrigado a cumprir metas e prestar contas diariamente ao Senado para evitar denúncias de favorecimento, como a que aconteceu com o Banco Marka e que resultou na CPI dos Bancos".

Pesquisa aponta aprovação ao trabalho da CPI do Judiciário

Instituto Brasmarket consulta população e advogados na Grande São Paulo e revela que, para a maioria, é melhor que as denúncias sejam investigadas pelo Senado

Pesquisa realizada na Grande São Paulo pelo instituto Brasmarket, em que foram ouvidas 402 pessoas, apurou que 88,8% dos entrevistados são favoráveis à Comissão Parlamentar de Inquérito que está investigando denúncias de irregularidades no Poder Judiciário. Em outro levantamento, com 252 advogados, 84,1% também se manifestaram favoráveis às apurações que estão sendo feitas pela CPI. O

presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o resultado das duas apurações, uma cortesia da empresa, sem ônus para a Casa.

A Brasmarket realizou pesquisas com a população de um modo geral no dia 8 de abril e uma outra apenas com advogados no dia 13 de abril, para apurar opiniões sobre temas relativos à Justiça brasileira. Na opinião de 74,4% das pessoas ouvidas, é melhor que as denúncias



A pesquisa sobre a CPI do Judiciário ouviu 402 pessoas e 252 advogados e mostrou que o trabalho de apuração de irregularidades é aprovado por ampla maioria



ACM: 40% das pessoas elogiaram pedido de abertura da CPI

as contra o Poder Judiciário sejam investigadas pelo Senado e seus resultados divulgados, do que apuradas pelo próprio Judiciário, sem divulgação. Entre os advogados, 56% tiveram a mesma opinião. Para 6,7% das pessoas e 30,5% dos advogados, as denúncias deveriam ser apreciadas pelo Judiciário, sem divulgação para a sociedade.

Analisando a atitude do presidente do Senado em propor a CPI, 40% dos en-

trevistados opinaram ser uma atitude normal, e que ele cumpriu o seu dever. Entre os advogados, 49,6% concordaram. Já 12,7% da população e 7,9% dos advogados disseram que Antonio Carlos praticou um "ato de coragem, por enfrentar o poder dos juizes". Por outro lado, 26,6% das pessoas ouvidas e 34,5% dos advogados acreditam que "ele só quis aparecer, pois a CPI vai acabar em pizza". Para 3,5% dos entres-

tados e 4,4% dos advogados pesquisados, propor CPI foi "um ato irresponsável que pode prejudicar o país".

Sobre a Justiça do Trabalho, apenas 2,2% consideraram seu funcionamento ótimo e 17,2% bom. Para 56,9% dos entrevistados, na maioria das vezes a Justiça favorece aos mais poderosos e somente 25,6% acham que, na maioria das vezes, a Justiça dá razão a quem está certo.



Tebet preside a CPI do Judiciário



Relator Paulo Souto, do PFL da Bahia



Wilson quer cooperação com a Procuradoria



Althoff participa da reunião em SP

Senadores investigam hoje em São Paulo obra do TRT

Na reunião que terão hoje, em São Paulo, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI do Judiciário, Carlos Wilson (PSDB-PE), vice-presidente, Paulo Souto (PFL-BA), relator, e Geraldo Althoff (PFL-SC) vão ouvir dos procuradores paulistas detalhes da investigação sobre irregularidades na construção do prédio das juntas de conciliação e jul-

gamento da cidade de São Paulo (obra inacabada que já custou R\$ 230 milhões aos cofres públicos).

O vice-presidente Carlos Wilson vai propor uma atuação conjunta da Comissão Parlamentar de Inquérito com a Procuradoria Geral da República e a Polícia Federal. Ele entende que, dessa forma, os trabalhos de investigação ganharão maior agilidade. O senador por

Pernambuco citou como exemplo de que a cooperação apressará a investigação o fato de a CPI ter poderes para adotar medidas como a quebra de sigilo. Ele disse que outra vantagem é a atuação da PF no sentido de impedir que os suspeitos possam fugir para outros países.

Depois da reunião de trabalho com os procuradores, os integrantes da CPI

inspecionarão o local das obras do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento da capital paulista.

A construção desse prédio consta do requerimento apresentado pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para a criação da CPI, como um caso de licitação de obras e serviços sem a observância de normas legais.

Juiz Nicolau Neto virá depor na próxima quinta-feira

Está agendado para a próxima quinta-feira o depoimento do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário. Ao depor na CPI na última segunda-feira, o auditor do Tribunal de Contas da União, Paulo de Tarso de Oliveira, denunciou cláusulas leoninas, superfaturamento, pagamentos indevidos e vantagens à empresa construtora do prédio das juntas de conciliação e julgamento do TRT-SP, à época presidido por Nicolau

dos Santos Neto.

Na mesma reunião, prevista para iniciar às 10h, também será ouvido o deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), que, nas últimas discussões sobre o Orçamento Geral da União no Congresso Nacional, vem se posicionando contrário à liberação de recursos para a construção de tribunais suntuosos. A convocação do parlamentar foi sugerida pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

Na segunda-feira, a CPI ouvirá o ex-genro de Nicolau dos Santos Neto, Marco Aurélio Gil de Oliveira, que em

depoimento à Procuradoria Geral da República confirmou que um apartamento de cobertura localizado em Miami, adquirido por US\$ 800 mil, em março de 1994, em nome da Hillside Trading Ltd. (estabelecida nas Bahamas), na verdade pertence ao ex-presidente do TRT-SP.

Marco Aurélio também deverá explicar informação publicada na imprensa segundo a qual ele teria revelado que seu ex-sogro comprou duas BMW 325, uma Nissan Bi Turbo, um Porsche, duas Mercedes-Benz e duas Cherokee, mas não registrou nenhum

dos automóveis em seu nome, e sim no de "laranjas" que teriam recebido dinheiro para figurar como proprietários dos veículos. Também na segunda-feira será ouvido Eithel Santiago de Brito Pereira, subprocurador geral da República que está investigando irregularidades praticadas no TRT da Paraíba.

No dia seguinte, terça-feira (dia 27), às 10h, deporão na CPI o desembargador e ex-presidente do TRT da Paraíba, Vicente Vanderlei, e o atual presidente do tribunal paraibano, sob intervenção, Ruy Eloy.

Cabral quer garantias para Thiago de Melo

Ao ser informado de que o poeta Thiago de Melo está ameaçado de morte por ter denunciado a exploração ilegal de madeira na localidade de Barreirinha (AM), o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) pediu a proteção das polícias estadual e federal para garantir a vida do escritor:

— Uma coerção dessa natureza é uma ameaça que requer não só a proteção da polícia estadual e federal, mas uma apuração grave, porque atenta, primeiro contra a liberdade de alguém exercer a sua cidadania, e segundo, porque o poeta Thiago de Melo é um nome nacional, que tem respeitabilidade naquilo que diz — alertou Bernardo Cabral.

O poeta se disse ameaçado de morte em razão de denúncias que levaram ao fechamento da madeireira Ecobrasil Andirá-Holanda e à demissão de 250 trabalhadores da comunidade de Açú (AM). O poeta afirmou ter sido considerado culpado pelos trabalhadores, em razão de haverem perdido o emprego. Por isso, as ameaças de morte.

Medicina ortomolecular em debate



O Brasil não será um grande país enquanto não corrigir urgentemente a carência

de minerais do seu solo e da dieta da população. Esse é o diagnóstico do dr. Eduardo Gomes de Azevedo, geriatra que pratica a medicina ortomolecular, em entrevista especial concedida ao jornalista Fernando Cesar Mesquita.

O introdutor do uso do magnésio no Brasil, dr. Arnaldo Velloso, entrevistado no mesmo programa, denunciou que a medicina ortomolecular ainda não é aceita pela medicina tradicional porque poderá provocar um imenso surto de saúde no país, o que não agrada à indústria da doença.

A medicina ortomolecular trata basicamente de retirar os metais pesados do corpo do paciente e promover a complementação de vitaminas e sais minerais. Os resultados, segundo os médicos, são o retardamento do envelhecimento, a melhora física e mental e o combate a males como a depressão, a fadiga e as doenças cardíacas.

O programa vai ao ar na TV Senados sábado e domingo às 11h, 17h e 23h.

Senado aprova seis matérias na semana

Um dos projetos votados pelos senadores obriga a rede pública de saúde a realizar cirurgia plástica para reconstrução da mama, no caso de mutilação causada por tratamento de câncer

O projeto que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) e sua rede conveniada a realizar cirurgia plástica reconstrutora da mama, no caso de mutilação, total ou parcial, decorrente de tratamento de câncer, foi uma das seis matérias aprovadas pelo plenário do Senado durante esta semana.

De iniciativa da Câmara, o projeto foi enviado à sanção do presidente da República, por não ter sofrido alteração no Senado. Entretanto, o plenário decidiu devolver ao exame dos deputados, em virtude da aprovação de substitutivo modificando o texto original, projeto que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias civil e militar, e dos bombeiros militares, inclusive no momento de admissão na carreira.

A Mesa do Senado encaminhou à promulgação quatro matérias aprovadas em plenário nesta semana. Entre elas, o texto da Convenção Internacional sobre o Desenvolvimento de Cultivares, assinada em 1961, em Genebra, e revista em 1972 e 1978. Com esta decisão, o Brasil poderá participar da União Internacional para a Proteção de Obtenções Vegetais.

Também serão promulgados os decretos legislativos renovando concessões de exploração de serviços de radiodifusão sonora da Rádio Clube de



Os senadores também aprovaram o texto da Convenção Internacional sobre o Desenvolvimento de Cultivares

Varginha, da cidade de mesmo nome, em Minas Gerais, e da Rádio Sociedade de Cerro Azul, de Cerro Largo, e da Radiodifusão Águas Claras, de Catuibe, ambas no Rio Grande do Sul.

Na terça-feira, o ministro interino das Relações Exteriores, embaixador Luís Felipe de Seixas Corrêa, expôs aos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a posição adotada pelo governo brasileiro na Organização das Nações Unidas (ONU), a respeito da guerra na Iugoslávia, e também comentou a situação

Matérias apreciadas pelo Senado de 19 a 22 de abril de 1999

Projetos aprovados e enviados a sanção	1
Projetos aprovados e enviados a promulgação	4
Projetos aprovados e enviados à Câmara	1
Total de matérias aprovadas	6

política no Paraguai, após a renúncia do ex-presidente Raúl Cubas.

Ainda nesta semana, a CRE aprovou, por unanimidade, texto da Convenção

Internacional sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoais, e sua destruição.

Patrocínio pede maior difusão do conhecimento acadêmico

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez ontem, em plenário, uma reflexão sobre o fato de a universidade brasileira não conseguir difundir o conhecimento produzido em suas atividades de pesquisa. "De norte a sul do Brasil, centenas ou milhares de teses de doutorado e dissertações de mestrado jazem nas estantes das universidades", lamentou o parlamentar.

Patrocínio disse que são raras as obras que conseguem transitar no circuito acadêmico, sendo raríssimas as que conseguem difusão fora dos limites universitários. Em geral, acrescentou, só ganham divulgação as obras que abordam temas ou autores polêmicos, ou que foram produzidas por pesquisadores que já desfrutaram de alguma notoriedade.

— Diariamente, centenas de textos produzidos por estudantes e pesquisadores de todo o Brasil são esquecidos em gavetas sem que ninguém tome conhecimento de sua existência — disse ele.

Patrocínio ponderou que esse acervo de conhecimento não pode ser taxado de insignificante, por ser uma grande fonte de informações que deve ser amplamente divulgada. Ele lastimou que a disfunção da universidade em relação à democratização do conhecimento não incomode tanto quanto deveria. "Grassa em certos segmentos a crença de que, em face da disponi-



Patrocínio lamenta que boa parte da produção acadêmica "fique esquecida em gavetas"

bilidade crescente de tecnologia internacional, a geração de ciência própria pode ser pretensão demasiada a países como o Brasil", comentou.

Criticando esse entendimento, o parlamentar afirmou que é a pesquisa que propicia a algumas de nossas universidades manterem algum padrão de compatibilidade internacional em certas áreas de estudo. Sustentando que a universidade é uma instituição que visa formar consciências, Patrocínio observou que ela não pode manter o seu conhecimento confinado em "torres de marfim".

Amir Lando apela por valorização dos pequenos produtores rurais

Ao comentar pesquisa da Unicamp que comprova que a população rural brasileira voltou a crescer a uma taxa de 0,5% ao ano, o senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que o crédito ao pequeno produtor é um investimento da sociedade na sua própria consolidação. Financiar a pequena produção "significa produzir alimentos, gerar empregos, minimizar gastos públicos e construir a cidadania", afirmou o senador.

Segundo dados citados por Amir Lando, nas décadas de 70 e 80 um terço de todas as famílias brasileiras se deslocou

pelo menos seis vezes dentro do seu próprio país à procura de melhores condições de vida na cidade. O senador observou, no entanto, que "as luzes da cidade são também o contraponto da escuridão no campo". Para o parlamentar, essa parcela significativa de perambulantes teve origem no descaso com a agricultura brasileira.

Ele disse que, na maioria das vezes, "o homem rural deixou o campo na sua idade mais produtiva para se alistar no grande exército de reserva que pressionou, para baixo, os salários urbanos".

Marluce defende o fim do isolamento dos índios

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) propôs uma total mudança na política indigenista brasileira, inclusive a permissão para que os índios possam conviver com as comunidades não indígenas. Para ela, atualmente os índios do país são mantidos "em aparente isolamento", uma vez que as comunidades indígenas brasileiras já assimilaram costumes e usos dos brancos. "Em Roraima, meu estado, existem até índios caminhoneiros, taxistas, vereadores e funcionários públicos", disse.

— Que seja permitido ao silvícola a possibilidade de acesso aos frutos do progresso econômico e social. Que seja permitida às comunidades indígenas a convivência, em alguns casos, com as comunidades não índias. Não podemos mais continuar no blá-blá-blá de belos discursos e na confusa e insensata política voltada quase exclusivamente para a demarcação das reservas indígenas — afirmou a senadora, lembrando o Dia do Índio, transcorrido no último dia 19.

MEC apóia programa de renda mínima

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) registrou ontem, em plenário, que o Ministério da Educação (MEC) instituiu convênio para incentivar municípios que adotem programas de renda mínima relacionados à educação. De acordo com o programa, famílias pobres que matriculem seus filhos nas escolas farão jus a uma complementação de renda, de acordo com os critérios estabelecidos.

Nesse sentido, Suplicy anunciou que marcou audiência com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para saber mais detalhes sobre o incentivo criado pelo MEC.

O senador petista disse que, na sessão de hoje, irá fazer uma análise do que está sendo implementado pelo governo federal para criar efetivamente programas de renda mínima. Segundo Suplicy, essa é a primeira ação concreta do governo depois de promulgada a lei que criou a política de renda mínima.

Pitta decide adotar idéia de Suplicy

Com base em ofícios publicados no *Diário Oficial do Município de São Paulo*, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou que a prefeitura de São Paulo irá retirar ação de inconstitucionalidade proposta contra lei de autoria do vereador Arselino Tatto (PT) que cria o programa de renda mínima naquela cidade.

De acordo com Suplicy, o secretário municipal do Desenvolvimento Econômico, Emprego e Requalificação Profissional, Fernando Salgado, informou ao prefeito de São Paulo, Celso Pitta, que a lei "está apta a ser adotada, uma vez que houve consenso de que a sua implantação será gradual, o que não compromete o orçamento da cidade".

Em sua resposta, disse Suplicy, Pitta afirmou que, "considerada a crise econômica que se agrava, com recessão e desemprego", solicitava "o empenho nas providências necessárias à desistência da ação (de inconstitucionalidade) de sorte a possibilitar a revisão do posicionamento da administração municipal quanto ao tema".

Suplicy informou ainda ao plenário que participou da negociação de um acordo sobre o conteúdo da regulamentação da lei paulistana de renda mínima, junto com o vereador Arselino Tatto e a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da cidade de São Paulo.

Pelo acordo, se a renda de uma família não alcançar até três salários mínimos mensais, ela terá o direito de receber até 33% da diferença entre três salários e a renda da família, caso nenhum de seus membros esteja trabalhando.

Alcântara condena o desperdício de água

Como representante de um estado nordestino, ciclicamente atingido pelo fantasma da seca, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) defendeu uma campanha continuada contra o desperdício da água, ressaltando que é preciso que governo e sociedade civil se unam em prol de uma política de uso racional da água.

Alcântara disse que a Lei de Recursos Hídricos, que definiu as diretrizes para a fixação de uma Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos, e o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água (PNCDA), instituído em abril de 1997, foram iniciativas importantes do governo nesse sentido. Mas, embora sejam um bom



Lúcio Alcântara

começo da concretização dessa política, o que se consagra, no momento, ainda é a cultura do desperdício.

– Apesar de toda a advertência, o homem comum, que satisfaz suas necessidades com água farta, costuma tomar por natural essa disponibilidade e raramente se dá conta de que, não muito longe, um outro homem pode viver a escassez quase absoluta de água, como ocorre nos grandes centros urbanos nordestinos e no sertão. Essa facilidade e essa inconsciência, aliadas ao preço relativamente baixo da água distribuída em nossas cidades, conduzem freqüentemente nosso cidadão ao desprezo pelo valor da água e ao seu desperdício – sintetizou Lúcio Alcântara.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – *Senado em Pauta*
7h – *Saúde Todo Dia* – Ginástica natural
7h30 – *Especial Unip* – Prevenção câncer de mama
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Saúde Todo Dia* – Atividade: Ginástica especializada
8h30 – *Jornal do Senado*
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Sessão Plenária (vivo)
Logo após – Comissão de Relações Exteriores (reapresentação da sessão do dia 20/04/99)
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – *Entrevista* – O senador Jefferson Péres fala sobre o sistema financeiro e a autonomia do Banco Central
19h – *Consulta Marcada* – O dr. Edisio Pereira fala sobre anestesia e suas implicações
20h – *Cores do Brasil* – Espírito Santo
20h30 – *Entrevista* – O senador Jefferson Péres fala sobre o sistema financeiro e a autonomia do Banco Central
21h – *Jornal do Senado*
21h15 – *Consulta Marcada* – O dr. Edisio Pereira fala sobre anestesia e suas implicações

22h – *Espaço Cultural* – Especial do show Luz das Cores
23h – *Consulta Marcada* – O dr. Edisio Pereira fala sobre anestesia e suas implicações

RÁDIO SENADO

HOJE

8h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
9h – Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Freqüência RX (Banda - L) - 1505,75 khz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Freqüência de recepção: Banda L1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Marina propõe uso do FPE em investimentos ambientais

Projeto prevê utilização do Fundo de Participação dos Estados em projetos de qualidade ambiental nas áreas de extrativismo e agropecuária

A senadora Marina Silva (PT-AC) anunciou ontem, em plenário, que reapresentou projeto de lei reservando parcela do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para investimentos em projetos de qualidade ambiental.

Segundo a senadora, os recursos devem ser destinados ao setor produtivo em iniciativas que atendam a critérios de sustentabilidade. Os projetos podem ser relacionados, por exemplo, à indústria madeireira, à agricultura familiar ou à pecuária, desde que envolvam práticas de manejo reconhecidamente adequadas ao meio ambiente.

Pela proposta, somente os estados que tenham unidades de conservação da natureza e terras indígenas serão beneficiados.

– No caso do Acre, cerca de R\$ 14 milhões seriam usados para investimentos em projetos de



O projeto de Marina beneficia apenas os estados com terras indígenas e unidades de conservação da natureza

qualidade ambiental, investimento que não seria possível fazer com recursos do estado – afirmou Marina.

O projeto recebeu parecer favorável do senador Gilberto Messtrinho (PMDB-AM) na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, na avaliação de Marina, tem viabilidade financeira. Para a parlamentar, o governo, em vez de destinar recursos para bancos, po-

deria estar investindo em áreas como reforma agrária, saúde e educação.

– O dinheiro gasto com o socorro aos bancos Marka e Fontecindam daria para pagar um salário mínimo por mês para 250 mil trabalhadores por todo o segundo mandato de FHC. Me dá muita tristeza saber que esses recursos foram gastos com essa finalidade – disse Marina.

Cabral considera “alarmante” problema do lixo e sugere debate sobre o tema

Com o objetivo de colocar em pauta, no Senado, a discussão do saneamento ambiental, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) comunicou ao plenário o envio para publicação, pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações da Casa, do primeiro volume, de uma série de dez, do *Caderno Legislativo*, contendo a Legislação Brasileira de Resíduos Sólidos e Ambiental Correlata.

Cabral aplaudiu a recente criação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República. Para ele, a iniciativa veio em boa hora, inclusive porque, segundo dados da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), nos últimos nove anos a produção de lixo nas grandes cidades brasileiras aumentou de 500 gramas *per capita* por dia para 1,2 kg.

Outras estimativas, segundo a mesma associação, “pintam um quadro alarmante”, disse o senador. Embora a coleta de lixo atinja 73% dos domicílios, ape-



Segundo Cabral, só 1% do lixo recolhido no país recebe tratamento adequado

nas 1% de todo o lixo recolhido diariamente no Brasil (300 mil toneladas, sendo 100 mil toneladas de lixo doméstico) passa por tratamento, compostagem, reciclagem ou incineração, informou Cabral. O senador acrescentou que outra grande preocupação se refere ao lixo a céu aberto. Conforme a Abes, de 1989 até hoje o percentual desse lixo passou de 76% para 85%.

Cabral lembrou que tramitam no Congresso diversos projetos sobre resíduo sólido e que o Executivo, mesmo tendo vetado em janeiro de 95 o projeto que garantia a institucionalização do setor de sanea-

mento básico, formou um grupo de trabalho que está desenvolvendo um anteprojeto de lei sobre resíduos sólidos, que vem sendo acompanhado por seu gabinete.

Para a elaboração de seu trabalho, o senador afirmou ter contado com informações enviadas por governadores dos estados e do Distrito Federal e prefeitos de todas as capitais.

Ele disse também ter recebido contribuições da coordenadora do Núcleo de Legislação Ambiental da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Lúcia Sena.



Gilvam: empresas estão abandonando Macapá

Gilvam teme esvaziamento econômico do Amapá

A Área de Livre Comércio de Macapá-Santana está sofrendo um processo de “esvaziamento econômico” e perdeu 1.600 empresas, disse o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), durante pronunciamento no plenário ontem. “A situação não é nada boa e, caso esse esvaziamento econômico não seja contido imediatamente, poderá tornar-se irreversível”, alertou. Ele conclamou o governo federal a dar mais atenção ao problema e investir na infra-estrutura da região, para que o Amapá deixe de ser “um dos estados mais atrasados” do país:

– O governo federal criou a Área de Livre Comércio com o objetivo de desenvolver economicamente o Amapá, um estado fronteiriço e periférico, e integrá-lo ao restante da economia nacional. Entretanto, a falta de infra-estrutura na região tem ocasionado o definhamento desse sonho de prosperidade, que é comum a todos os amapaenses – disse.

É a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) que administra a Área de Livre Comércio do estado. Lá havia duas mil empresas em funcionamento por ocasião de sua inauguração, mas atualmente, segundo informou o senador, não há mais do que 400 empresas na região.

Gilvam Borges elogiou o trabalho de Mauro Ricardo Machado Costa, superintendente da Suframa, e citou pesquisa realizada pela instituição, que fez um mapeamento econômico da região. De acordo com esse estudo, citado pelo senador, o Amapá tem produtos com potencial para serem vendidos no mercado nacional e internacional, tais como madeiras, pescados, amido de mandioca, palmito de pupunha, óleo de dendê e castanha-do-brasil, além do turismo ecológico.

Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) disse que é grave a situação na região. Ele calcula que cerca de oito mil pessoas ficaram desempregadas com o fechamento das empresas na Zona de Livre Comércio. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) destacou a importância da Suframa e criticou a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), que, segundo ele, não tem atuado satisfatoriamente, até por problemas financeiros.

Cabral volta a defender sistema parlamentarista

Senador acha, no entanto, que mudança de regime deve ser precedida de plebiscito e referendo popular antes de ser adotada

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) voltou a defender o parlamentarismo, em pronunciamento feito ontem, logo depois de o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ter criticado o presidente Fernando Henrique pelo acordo, noticiado pela *Folha de S. Paulo*, segundo o qual o PMDB teria concordado em que os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Orçamento, Pedro Parente, não fossem convocados para depor na CPI do Sistema Financeiro. “Diante desses fatos, mais uma vez me dou conta de que a Constituinte de 1988 cometeu um equívoco ao

não aprovar o parlamentarismo”, disse Cabral.



Cabral: Constituinte de 88 errou ao não adotar o parlamentarismo

Segundo ele, se o Brasil tivesse adotado o regime parlamentarista, diante de uma situação de crise “como essa que estamos atravessando” o chefe da nação estaria naturalmente obrigado a prestar informações ao Parlamento. “E eu não teria receio de dizer que Fernando Henrique seria um chefe de Estado imbatível”, acrescentou.

Uma prova da eficiência do parlamentarismo, conforme o senador, foi a recuperação dos países que

estavam “praticamente arrasados ao final da Segunda Guerra e, após terem adotado esse regime político, hoje se destacam como grandes nações desenvolvidas”.

Bernardo Cabral assegurou, no entanto, que não apoiaria a iniciativa para a introdução do parlamentarismo no Brasil nos termos divulgados por setores ligados ao governo. Para o senador, o mais apropriado para os que defendem o parlamentarismo será conjugar esforços com vistas à aprovação do projeto do deputado Almino Afonso, que prevê plebiscito e referendo popular antes da adoção da medida. Em aparte, o senador Suplicy afirmou que em 1988 teria votado contra a emenda do parlamentarismo, mas hoje – disse ele – “admito que vejo qualidades nesse regime”.

Heloísa disse que Itamar deu provas de “coragem e civismo”



Heloísa elogia Itamar por retirar cercas em Ouro Preto

Para a senadora Heloísa Helena (PT-AL), o governador de Minas Gerais, Itamar Franco, deu uma “demonstração de coragem e civismo” ao retirar as cercas que, desde a ditadura militar, impediam o povo de comparecer à cerimônia de entrega da Medalha da Inconfidência, realizada na última quarta-feira em Ouro Preto (MG).

Em discurso ontem no plenário, a senadora parabenizou o governador por esse “gesto simbólico” e também pela homenagem ao Movimento dos Sem-Terra (MST), cujas lideranças foram condecoradas por Itamar Franco.

A senadora lembrou que 30 mil pessoas estiveram na antiga capital de Minas Gerais para a cerimônia em que foram agraciadas também lideranças de partidos progressistas. Para ela, o governador de Minas Gerais mostrou que, ao contrário do que pensam as elites econômicas e políticas brasileiras, elas não são donas de todas as instâncias de poder:

– Há pessoas que não se curvam, que não se dobram, que enfrentam a arrogância e o abuso do poder – afirmou a senadora, enaltecendo o “exemplo gigantesco” dado pelo governador Itamar Franco.

Heloísa Helena lembrou que a Inconfidência Mineira foi motivada pela cobrança da “derrama” – o imposto de valor equivalente a 20% sobre o ouro comercializado. Ela ressaltou que hoje a situação do contribuinte brasileiro é ainda pior, já que a carga tributária do país supera 30% de seu Produto Interno Bruto (PIB). Recordou o discurso em que o presidente Fernando Henrique Cardoso comparou veladamente o governador Itamar Franco ao traidor da Inconfidência, Joaquim Silvério dos Reis:

– Mas quem é hoje Silvério dos Reis? Quem hoje tem desmontado o patrimônio nacional? Quem tem se curvado ao capital especulativo internacional? Qualquer um com o mínimo de senso pode identificar aí o presidente Fernando Henrique Cardoso – afirmou a senadora.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou a senadora pelo discurso. Para ele, o gesto de Itamar Franco fez todos pensarem no assunto. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP), na presidência da sessão, associou-se à homenagem a Tiradentes.

Mauro cobra rapidez na reforma política

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) defendeu ontem urgência na definição da pauta da reforma política que tramita no Senado. Segundo o senador, a urgência nessa definição evitará tropeços durante os debates em torno de vários pontos da reforma, como fidelidade partidária, voto distrital misto, voto facultativo, a manutenção da reeleição, o financiamento de campanhas, as coligações partidárias, a duração dos mandatos e a imunidade parlamentar, entre outros temas:

– Defendo, por exemplo, que a questão da fidelidade partidária, talvez a mais importante de toda a pauta, havendo já um certo consenso em relação a sua aprovação, seja vista como prioritária e seja

votada em separado. Quanto às outras questões, menos consensuais, sugiro que sejam analisadas e definidas também com a perspectiva de já fazerem parte das próximas eleições – afirmou o senador.

Para Mauro Miranda, a segurança da democracia, do equilíbrio social e do desenvolvimento depende diretamente do funcionamento correto das instituições políticas. O senador acredita que “se nunca tivemos uma democracia de fato foi justamente porque as instituições políticas nunca tiveram a mínima capacidade de garantir a estabilidade e a continuidade desse regime”. Ele observa que, na vida política brasileira – “uma sucessão de golpes e contragolpes” –, sempre um grupo de elite substituiu o outro “sem nunca fe-



Mauro: equilíbrio social depende muito das instituições políticas

rir mortalmente a essência do pacto existente” e sem “mudar a classe social dos atores em disputa”. A grande meta, segundo Mauro, deve ser a busca da melhor reforma política possível para garantir a democracia, proteger a estabilidade econômica e impedir que o Estado e a nação “sejam vítimas constantes, como têm sido até hoje, dos grupos de pressão nefastos, nacionais e internacionais, e dos tecnocratas egoístas que, não tendo sensibilidade política, procuram reduzir a sociedade a uma simples equação matemática”.

Luiz Otávio protesta contra atuação da Vale do Rio Doce

Fonte de prejuízos para o estado do Pará após ter sido privatizada, a Companhia Vale do Rio Doce promoveu, em Carajás, na última segunda-feira, cerimônia de assinatura de contrato com o governo da Bolívia que contou com a presença do presidente em exercício, Marco Maciel, informou o senador Luiz Otávio (PPB-PA). Convidado pelo vice-presidente, o senador, “em sinal de protesto”, negou-se a ir a Carajás e, segundo ele, o governador Almir Gabriel, pelo mesmo motivo, recebeu o vice-presidente oficialmente, mas também não compareceu à cerimônia.

Segundo Otávio, a empresa deve cerca de R\$ 200 milhões aos cofres esta-

duais, relativos ao recolhimento de ICMS sobre equipamentos importados. Além disso, através de seu diretor-executivo, Jório Dauster, a Vale alega que a verticalização da produção paraense de cobre, reivindicada pelo estado, estaria inviabilizada pelo baixo preço do minério no mercado internacional, afirmou. O país, no entanto, gasta em torno de US\$ 600 milhões na importação de cobre, apontou o senador.

Outro argumento da Vale do Rio Doce – contestado, segundo Luiz Otávio, pelo próprio governador Almir Gabriel – é o de que a empresa não teria capacidade de investimento para complementar a extração de minério com



Luiz Otávio recusou convite para comparecer a Carajás

atividades econômicas de benefício. O fato é que a Vale teve lucros superiores a R\$ 1 bilhão em 1998, entre outras atividades, denunciou o senador, fazendo transporte de minérios através de uma empresa “pirata”, sem registro no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC) – a Docevale. Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) disse que é inaceitável a postura de descaso com que o governo federal trata a Amazônia.